



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
 TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
 PROCESSO N.º: 176717-7/02  
 EMBARGANTE: FERNANDO ANTONIO CAMPELO ACCIOLY CAMPOS  
 EMBARGADO: EXCELSIOR MED LTDA.  
 RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE ERRO DE FATO. REEXAME DA MATÉRIA. DESCABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE.

- Não há como se transformar um *recurso integrativo* em verdadeira *peça recursal com poder cognitivo amplo* capaz de alterar as questões de direito já decididas, visando a sua rediscussão por meio de um recurso que não se destina a tal finalidade.
- A decisão guerreada baseou-se em *fato existente*, e irrefutavelmente comprovado nos autos.
- Ainda que houvesse o alegado erro de fato no julgado guerreado (o que, como demonstrado, não ocorreu), este não seria suficiente, por si só, para modificar o entendimento do julgado, o que obsta o manejo deste recurso com efeitos infringentes.
- Inexistência de vício no decisório combatido e ausência de qualquer um dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios.
- Embargos rejeitados à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 176717-7/02, que tem como Embargante **FERNANDO ANTONIO CAMPELO ACCIOLY CAMPOS** e, como Embargado, **EXCELSIOR MED LTDA.**

**ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sem discrepância de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que passam a integrar este julgado.

Recife,

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
 TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
 PROCESSO N.º: **176717-7/02**  
 EMBARGANTE: **FERNANDO ANTONIO CAMPELO ACCIOLY CAMPOS**  
 EMBARGADO: **EXCELSIOR MED LTDA.**  
 RELATOR: **Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO**

**FERNANDO ANTONIO CAMPELO ACCIOLY CAMPOS**, já devidamente qualificado nos autos, interpôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** (fls. 02/08), com efeitos infringentes, em face do acórdão proferido no julgamento do Agravo Legal nº 176717-7/01, alegando a existência de erro na mencionada decisão, cuja ementa se transcreve abaixo:

**EMENTA:** AGRAVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO DE APELAÇÃO. DANOS HIPOTÉTICOS. INDENIZAÇÃO INCABÍVEL. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- O uso indevido do nome pressupõe inexistência de autorização. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, somente o dano certo e efetivo é indenizável. Incabível reparação por dano hipotético.
- Agravo improvido à unanimidade.

Sustenta o embargante, em síntese, que o acórdão questionado *“balizou-se por pressuposto equivocado, qual seja, o de que havia autorização expressa do Embargante para o uso de seu nome e CRM durante todo o tempo em que o mesmo permaneceu como Diretor Técnico da Embargada, o que revela patente erro de fato, visto que tal autorização jamais existiu”* (fls. 03), requerendo, ao final, que o equívoco seja reconhecido, a fim de que a decisão combatida seja retificada, para dar provimento ao Agravo interposto.

É o relatório.

Recife,

*11/12/2009*

**Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
 Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
PROCESSO N.º: 176717-7/02  
EMBARGANTE: FERNANDO ANTONIO CAMPELO ACCIOLY  
CAMPOS  
EMBARGADO: EXCELSIOR MED LTDA.  
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**VOTO**

O Embargante defendeu, nos autos do Agravo Legal nº 176717-7/01, que a reparação determinada pelo magistrado a *quo* era cabível em função da utilização indevida de seu nome como Diretor Técnico da **EXCELSIOR MED LTDA.**, o que, por si só, configuraria a existência de dano indenizável.

O *decisum* combatido, ao negar provimento ao referido recurso de agravo, assenta-se na afirmação de que o uso do nome do embargante pela mencionada empresa foi *autorizado*, tendo em vista que o mesmo assinou o Estatuto Social e documentos de inscrição desta em diversos órgãos.

O recorrente insurge-se, nesta oportunidade, argumentando que *“reside, portanto, aí o erro de fato, pois, para o improvimento do recurso, esta Douta Turma, baseou-se em pressuposto fático inexistente, ao afirmar que havia autorização do uso do seu nome, quando na verdade, o que se está posto em juízo para apreciação, foi o uso de seu nome, CRM e imagem do Embargante POSTERIORMENTE a sua saída da empresa”*.

Verifica-se que a presente peça de insurgência trilha o mesmo caminho de sua antecessora, ou seja, o Embargante persiste em sua tese primária lançada nos autos do Agravo Legal nº 176717-7/01, aduzindo que seu afastamento da empresa implicaria, a partir de então, na utilização indevida de seu nome por parte desta, o que, isoladamente considerado, já geraria um prejuízo indenizável.

Todavia, não há como se transformar um *recurso integrativo* em verdadeira *peça recursal com poder cognitivo amplo* capaz de alterar as questões de direito já decididas, visando a sua rediscussão por meio de um recurso que não se destina a tal finalidade, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça abaixo colacionado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA.  
OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL.  
INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME.



## PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

1. Não é omissivo ou contraditório o acórdão que, de modo suficientemente claro e fundamentado, julga improcedente ação rescisória ajuizada pela Fazenda Nacional por violação da literalidade da lei, à motivação de que a questão posta não se constituiu em objeto de apreciação no acórdão rescindendo, na esteira de precedente desta Primeira Seção em hipótese análoga.

2. O percentual e o valor da condenação, como bases obrigatórias da fixação da verba honorária, não têm função no estabelecimento dos honorários advocatícios a serem pagos pela Fazenda Pública, informados que devem ser pelo grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a teor do que dispõe o parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, o que não impede, por óbvio, a consideração do valor da causa, em estando o juiz a definir a sua natureza e importância.

3. A pretensão de reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, à luz de argumentos alegadamente relevantes para a solução da quaestio juris, na busca de decisão infringente, é estranha ao âmbito de cabimento dos embargos declaratórios, definido no artigo 535 do Código de Processo Civil.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(STJ - EDcl na AR 1285 / BA  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA  
2000/0022599-1; Relator Ministro HAMILTON CARVALHIDO (1112);  
Revisor Ministro LUIZ FUX (1122); S1 - PRIMEIRA SEÇÃO; Julgado  
em 14/10/2009; DJe 27/10/2009).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA GUIA DE PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS. VÍCIO INEXISTENTE. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração não se prestam ao inconformismo das partes, que repisam os argumentos anteriormente levantados e não acolhidos, circunstância que não indica a existência de omissão, contradição ou obscuridade no decisum, e nem mesmo a existência de erro material.

2. O magistrado não está obrigado rebater um a um, os argumentos aduzidos pelas partes, bastando expor as razões de fato e direito que o conduziram ao seu convencimento.

3. Não se viabiliza por meio de embargos de declaração, o prequestionamento explícito de dispositivos constitucionais para a abertura da via extraordinária, sob o risco de incorrer em usurpação da competência confiada por excelência ao Supremo Tribunal Federal.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

4. Embargos declaratórios rejeitados.  
 (STJ - EDcl no AgRg no Ag 1141439 / PA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2009/0030059-5; Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155); T3 - TERCEIRA TURMA; Julgado em 27/10/2009; DJe 10/11/2009)

PROCESSUAL CIVIL – OBRIGATORIEDADE DA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS POR CONTADOR JUDICIAL – LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DIREITO LOCAL – APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 280/STF – MESMO QUE NÃO SE TRATASSE DE DIREITO LOCAL INEXISTE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL – IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA CAUSA COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES.

1. Inviável a reforma de aresto a quo fundamentado em direito local em face da incidência analógica da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

2. Ainda que o debate não fosse sobre direito local, os embargos de declaração são apropriados quando o pronunciamento judicial padecer de ambiguidade, de obscuridade, de contradição, de omissão ou erro material, os quais inexistem neste caso. **Em contrapartida, sabe-se que o Tribunal não está compelido a manifestar-se sobre todas as questões suscitadas pela parte, principalmente se o acórdão contém adequado fundamento para justificar a conclusão perfilhada.**

**3. Nítido é o caráter modificativo que a embargante, inconformada, busca, com a oposição dos embargos declaratórios, uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese.**

**Embargos de declaração rejeitados.**

(STJ - EDcl no AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1089806 / RJ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2008/0197911-1; Relator Ministro HUMBERTO MARTINS (1130); T2 - SEGUNDA TURMA; Julgado em 13/10/2009; DJe 21/10/2009).

Percebe-se, a toda evidência, o alinhamento das razões de direito que deram suporte para o julgamento impugnado, além do posicionamento sedimentado da jurisprudência brasileira em torno do tema, que não deixa transparecer dúvidas sobre o mesmo.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Com efeito, observa-se que a decisão guerreada baseou-se na permissão que o embargante concedeu à empresa de ter seu nome utilizado pela mesma, expressa na sua assinatura em todos os documentos já mencionados, *fato existente*, e irrefutavelmente comprovado nos autos.

Por outro lado, o alicerce principal do entendimento de que descabia indenização no presente caso consistiu na assertiva de que "não houve demonstração nos autos de qualquer prejuízo suportado pelo demandante em função dos fatos narrados, não havendo que se falar, dessa maneira, em dano indenizável, posto que, segundo o Superior Tribunal de Justiça, este deve ser certo e efetivo, sendo incabível a responsabilização e, conseqüentemente, a reparação por dano hipotético" (...) (fls. 31 dos autos do Agravo Legal nº 176717-7/01).

Tem-se, portanto, que ainda que houvesse o alegado erro de fato no julgado guerreado (o que, como demonstrado, não ocorreu), e a utilização do nome do embargante fosse considerada indevida, este fato não seria suficiente, por si só, para modificar o entendimento do julgado e deferir a indenização pleiteada, posto que não ilidiria o argumento de inexistência de dano efetivamente sofrido pelo recorrente, o que obsta o manejo deste recurso com efeitos infringentes.

A respeito, o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO FUNDAMENTADA EM PREMISSA EQUIVOCADA. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

1. "É admitido o uso de embargos de declaração com efeitos infringentes, em caráter excepcional, para a correção de premissa equivocada, com base em erro de fato, sobre a qual tenha se fundado o acórdão embargado, quando tal for decisivo para o resultado do julgamento" (EDcl no REsp 599653/SP, 3ª Turma, Min. Nancy Andrighi, DJ de 22.08.2005).

2. Conforme dispõe o art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou em que for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, que levará em conta fatores primordialmente factuais, quais sejam, o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Nessas hipóteses, não está o juiz adstrito aos limites indicados no § 3º do referido artigo (mínimo de 10% e máximo de 20%), porquanto a alusão feita pelo § 4º do art. 20 do CPC é concernente às alíneas do § 3º, tão-somente, e não ao seu caput. Assim, em sua apreciação equitativa, nada



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

impede que o juiz imponha honorários em valores inferiores ou superiores aos que resultaria da observância dos limites do § 3º, antes referidos.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(STJ - REsp 1000106 / MG RECURSO ESPECIAL 2007/0249804-2; Relator Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI (1124); T1 - PRIMEIRA TURMA; Julgado em 27/10/2009; DJe 11/11/2009).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. ART. 535 DO CPC. ERRO MATERIAL. POSSIBILIDADE.

1. O erro na apreciação do recurso enseja a modificação do julgado e, desse modo, "os embargos de declaração podem, em caráter de absoluta excepcionalidade, ter efeito infringente desde que detectado tal erro de fato no decisum que, corrigido, importe em modificação do julgado" (EResp 7.270-GO, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, 4ª Turma - STJ, julg. 23.04.97).

2. Embargos de declaração acolhidos, atribuindo-lhes efeito modificativo, para dar provimento ao agravo de instrumento e determinar a subida do recurso especial para melhor exame.

(STJ - EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 674445 / SP EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005/0064042-5; Relator Ministro LUIZ FUX (1122); T1 - PRIMEIRA TURMA; Julgado em 19/09/2006; DJ 28/09/2006 p. 197).

Dessa forma, diante da inexistência de vício no decisório combatido e da ausência de qualquer um dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, bem como da nítida impossibilidade de emprestar-lhes efeitos infringentes, voto no sentido de **REJEITAR** os presentes embargos de declaração.

*É como voto.*

Recife,

11/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO  
 Relator